

~ r

ESTATUTOS DO CENTRO PAROQUIAL DE ASSISTENCIA DO REGUENGO DO FETAL

CAPITULO

I

1

G. V. Elvira

1955.12

:V

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, ORGANIZAÇÃO E FINS

Art 2 12 1- O Centro Paroquial de Assistência do Reguengo do Fetal, criado em 24 de Julho de 1955 pela Fábrica da Igreja Paroquial do Reguengo do Fetal, concelho da Batalha, diocese de Leiria, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com objectivo de promover a solidariedade e a justiça entre os indivíduos e facultar serviços ou prestações de segurança social, e. informada pelos princípios da doutrina e moral católicas, exercerá as actividades que constarem deste estatuto e as mais que vierem a ser consideradas convenientes.

2- O centro adquire personalidade jurídica civil e estará reconhecida como instituição privada de solidariedade social mediante participação escrita da sua erecção canónica. feita pelo Ordinário diocesano, aos serviços competentes do Estado.

3- O centro, criado por tempo indeterminado, tem a sua sede em Reguengo do Fetal.

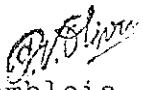
Art2 22- O centro propõe-se melhorar a vida social de todos os paroquianos, quaisquer que sejam as suas crenças religiosas, idéias políticas ou raça, com vista a contribuir para a transformação da paróquia numa verdadeira comunidade humana.

Art2 32- No exercício das suas actividades, o centro deverá sempre ter presente:

- a) -A natureza unitária da pessoa humana e o respeito pela sua dignidade;
- b) -A necessidade de aperfeiçoamento espiritual, moral e cultural de todos os paroquianos;
- c) -A sua participação activa na resolução das suas próprias carências e na elevação do nível de vida da paróquia;
- d) -O espírito de convivência e de solidariedade social como factor de trabalho em comum;
- e) -A utilidade de recorrer a equipas de trabalho tecnicamente preparadas e devidamente qualificadas.

Art2 42- Na prossecução dos seus objectivos, o centro poderá exercer, além de outras actividades culturais, educativas e bem assim de saúde e assistência, em vista, digo, tendo em vista as que já existirem na área da paróquia-

§ único -Os diferentes sectores do centro reger-se-ão por re-



assembleia

gulamentos internos elaborados pela direcção, ouvida a ;
geral.

ArtQ 5Q- 5- A criação e a manutenção das actividades do centro deverão resultar da iniciativa da direcção, secundada pela mútua ajuda entre os paroquianos, e da consciencialização das necessidades mais prementes do meio.

§nNICO -Para efeitos do disposto no corpo deste artigo, a direcção poderá aceitar a colaboração de trabalhadores voluntários e de pessoas dotadas de aptidões especiais ou que constituam valores sociais da paróquia.

ArtQ 6- 1- O centro deverá colaborar com as demais instituições existentes na paróquia e promoverá a colaboração e o melhor entendimento com as autoridades em tudo o que respeite a manutenção e ao desenvolvimento das obras sociais.

2- O centro poderá assim, efectuar acordos de cooperação com outras instituições ou entidades oficiais para melhorar a realização dos seus fins.

3- Igualmente poderá constituir uniões ou federações com outras associações para criar ou manter, de forma regular e permanente, serviços ou equipamentos de utilização comum e para

desenvolver acções sociais de responsabilidade ou interesse comuns.

ArtQ 7Q -1- Na prossecução dos seus objectivos o centro propõe-se manter as seguintes secções:

- a) -Creche
- b) -Jardim de infância
- c) -Actividades de tempos livres
- d) Internato
- e) -Lar de terceira idade
- f) -Centro de dia

2

2- O centro poderá criar novas secções ou serviços mediante autorização do Ordinário diocesano.

Art2 B2 -1 -O centro é constituído pelos paroquianos da freguesia do Reguengo do Fetal que nela vierem a ser admitidos.

2- O número de associados é ilimitado.

Art2 92- 1 -Dentro dos objectivos estatutários o governo do centro reside na assembleia geral e, por delegação desta, na direcção.

2- A direcção poderá ser coadjuvada e assistida por associados livremente por ela escolhidos de entre os associados que revelem melhores conhecimentos técnicos ou outros dos

/II
),/
~ ,
Ufv
,ti
~

diversos sectores do centro e que manifestem maior interesse
pelos respectivos problemas.

k
~
~

CAP!TULO

-

II

DOS

ASSOCIADOS

ArtQ loQ -Podem ser admitidos como associados os indivídu- os de
ambos os sexos que reúnam as seguintes condições:

- a) -Sejam de maioridade;
- b) --Sejam naturais ou residentes na área da paróquia;
- c) -Aceitem os princípios da doutrina e da moral católicas que
informam o centro;
- d) -Não contradigam nem hostilizem por qualquer meio, desi-
gnadamente pela sua conduta social ou pela sua actividade públi- ca,
a religião católica e os seus fundamentos;
- e) -Se comprometam ao pagamento da cota que for estabeleci- da pela
assembleia geral.

ArtQ 11Q -1- A admissão dos associados é feita mediante proposta,
assinada por dois associados proponentes e pelo própri- o candidato,
na qual o mesmo declare nome, idade, estado, profis- são,
naturalidade, residência e que se obriga a cumprir os deve- res que a
sua condição de associado lhe impõe

2- Tal proposta será submetida á apreciação da
d direcção na primeira reunião ordinária posterior à apresentação na
secretaria.

3- Oó se consideram admitidos os propostos que
tiverem reunido, em escrutinio secreto, a maioria dos votos dos membros
da direcção que estiverem presentes na respectiva vota- ção, e
consideram-se equivalentes a voto contra as abstenções

e os votos nulos e em branco.

4- A admissão de novos associados somente será considerada definitiva depois de eles assinarem perante o presidente da direcção documento pelo qual se comprometam, sob juramento, a desempenhar com fidelidade os seus deveres de associados.

5- O pagamento das cotas é devido a contar do início do mês em que os associados foram admitidos.

Art2 122- Todos os associados têm direito:

12- A assistir a todas as reuniões da assembleia geral e nelas intervir e votar; não poderão, porém, votar nas deliberações em que forem directa ou pessoalmente interessados;

~

2Q -A ser eleitos para os corpos gerentes; (1:I:Ö'~; 3Q -A requerer a convocação extraordinária da assembleia geral,e, o pedido deve ser ap~sentado por escrito com indica- ção do assunto a tratar e assinado pelo mínimo de dez associadoE

4Q -A visitar gratuitamente as obras e serviços sociais do centro com observância dos respectivos regulamentos;

52- A receber gratuitamente um exemplar dos estatutos e o respectivo cartão de identificação mediante prévia apresenta- ção de duas fotografias;

62- A celebração anual da Eucaristia por todos os associ- ados vivos e defuntos;

72- Prioridade na assistência dos serviços do centro em igualdade de circunstâncias e de acordo com os critérios a es- tabelecer.

Art2 132- Todos os associados são obrigados a :

12- Ao pagamento da respetiva cota,excepto durante o exer~io de funções como membro dos corpos gerentes;

22- Desempenhar com zelo e dedicação os lugares dos cor- pos gerentes para os quais tiverem sido eleitos, salvo se for deferido o pedido de escusa que, por motivo justificado, apre- sentarem, ou se tiverem desempenhado algum desses cargos no triénio anterior;

32- Colaborar no desenvolvimento e progresso do centro de modo a prestigiá-lo e a torná-lo cada vez mais respeitado, eficiente e útil perante a comunidade paroquial;

42- A defender e a proteger o centro em todas as eventualidades, principalmente quando ele for injustamente acusado ou atacado, devendo, portanto, proceder sempre com recta intenção e ao serviço da verdade e do bem comum, sem ambições ou propósitos de satisfação pessoal, mas antes e sempre com pensamento em veus e no próximo.

Art2 14Q -são excluidos do centro os associados que:

12- Solicitarem a sua exoneração;

2Q -Deixarem de satisfazer as sua cotas por tempo superior a um ano e que, depois de notificados, não cumpram essa obrigação ou não justifiquem a sua atitude no prazo de 3º dias;

3Q -Não prestarem contas dos valores que lhes tenham sido confiados;

4Q -Se recusarem, sem motivo justificado, a servir nos lugares dos corpos gerentes para que tiverem sido eleitos;



5Q -Perderem a boa reputação moral e social ou voluntári- amente causarem danos ao centro;

6Q -Tomarem atitudes hostis à r-ligião e à Igreja católi- cas.

§ nnico -A pena de exclusão só poderá ser imposta pelo voto da maioria dos associados presentes na reunião da assemble- ia geral em que o assunto for tratado, mediante proposta da di- recção ou pela direcção ouvida a maioria dos associados.

CAPITULO III

DO CULTO E ASSISTENCIA ESPÍRITUAL

Art2 -152- Nos diversos sectores do centro haverá assistên- cia espiritual e religiosa e, se o movimento e as circunstânci- as o exigirem, terão capelão privativo designado pmlo Ordinári-

o dmocesano, sob proposta da direcção.

CAPITULO

IV

DO PATRIMÓNIO E DO REGIME FINANCEIRO

ArtQ 16Q- 1- O património do centro é constituído por todos os seus bens actuais e pelos que venha a adquirir por tí- tulo legítimo.

2- O centro não poderá alienar ou onerar os se- us bens imóveis ou mesmo os móveis que tiverem especial valor artístico ou histórico sem prévia deliberação favorável da as- sembleia geral e sem

o necessário cumprimento das disposições

c anónimas e Cl.Vl.s.

Artº 17º -As receitas do centro são ordinárias e extraor- dinárias.

§ PRIMEIRO -Constituem receitas ordinárias:

1º- Os rendimentos e os bens próprios;

2º- O produto das cotas dos associados;

3º -As pensões e percentagens de compensação pagas pelos utentes dos diversos sectores do centro;

4º- Os outros rendimentos de serviços e obras sociais;

5º- Os subsídios, participações e compensações pagos pe- lo Estado e autarquias locais com carácter de regularidade ou permanência em troca de serviços prestados.

§ Segundo -Constituem receitas extraordinárias:

1º -Os legados, heranças e doações;

I

2º - O produto de empréstimos;

3º - O produto da alienação de bens;

4º - O produto de cortejos de oferendas e os donativos particulares; -

G. V. Oliveira

5Q- Os subsídios eventuais do Estado e das autarquias locais; 6Q- Outros quaisquer rendimentos que por sua natureza não devam normalmente repetir-se em anos económicos sucessivos;

7Q- O espólio dos utentes que Ww~ww não for legitimamente reclamado pelos respectivos interessados no prazo legal.

ArtQ 1BQ -As despesas do centro são classificadas em ordi- nárias e extraordinárias:

§ PRIMEIRO -são despesas ordinárias:

1Q -As que resultem da execução do presente estatuto;

2Q -As do exercício do culto e as que resultem do cumprimen- to de encargos da responsabilidade do centro;

3Q -As que assegurem a conservação e a reparação dos bens e a manutenção dos serviços, incluindo vencimentos de pessoal e encargos patronais;

4Q -As de impostos, c. antribuições e taxas que onerem bens e serviços;

5Q -AS cotizações devidas a uniões e federações em que o centro estiver inscrito ou filiado;

6Q -As que resultem da deslocação de utentes, corpos geren- tes e pessoal em serviço do centro;

7Q -Quaisquer outras que tenham carácter de continuidade e permanência e estiverem de harmonia com a lei e com os fins es- tatutários.

§ nNICO -são despesas extraordinárias:

1Q -As despesas de construção e equipamento de novos edifí- cios, serviços e obras ou ampliação dos já existentes;

2Q -AS despesas de aquisição de novos terrenos para constru- ção ou de novos prédios rústicos e urbanos;

3Q -As despesas que constituírem auxílios imperiosos e ex- traordinários a indivíduos que nes necessitem com urgência;

4Q -As outras despesas que se justifiquem pela sua utilida- de ou necessidade e que forem previamente deliberadas e autori- zadas pela assembleia geral ou pela direcção.

ArtQ 19Q -O exercício anual do centro corresponde ao ano civil.

ABDQ 20- 1- Até trinta e um de Outubro de cada ano será

1

1

G. Oliveira
7

elaborado e submetido a aprovação o orçamento do ano seguinte,
com discriminação das receitas e despesas de cada estabelecimen- to

ou sector de actividade e com dotação separada das verbas de pessoal e material. ~

2- No decorrer de cada ano poderão ser elaborados e submetidos a competente aprovação dois orçamentos suplementares para ocorrer a despesas que não haviam sido previstas no orçamento ordinário ou que nele haviam sido insuficientemente dotadas.

3- Em casos muito especiais e devidamente justificados, poderá ainda ser elaborado e aprovado um terceiro orçamento suplementar-

ArtQ 21Q -1- Todos os meses, até ao dia dez, cada sator de de actividades do centro apresentará à direcção o balancete do mês anterior.

2- Por sua vez a direcção elaborará até ao dia vinte de cada mês o balancete-resumo de todas as actividades do centro.

ArtQ 22Q -Em cada sector ou serviço do centro, bem como na direcção, existirá um serviço de registo e de contabilidade.

ArtQ 23Q -Até trinta e um de Março de cada ano serao apresentadas à apreciação e votação da assembleia geral as contas de gerência do exercício anterior, com o respectivo relatório da direcção, acompanhado dos mapas e documentos justificativos. ArtQ

24Q -Na elaboração e execução dos orçamentos e no funcionamento dos serviços de contabilidade e tesouraria, serão tomadas na devida consideração as normas orientadoras de carácter genérico da actividade tutelar do estado de modo que seja obtido o melhor aperfeiçoamento possível dos serviços.

ArtQ 25Q -1- Os capitais do centro serão depositados A ordem ou a prazo na Caixa Geral de Depósitos ou em qualquer banco nacional.

2- Ficam exceptuados deste preceito os dinheiros necessários ao movimento normal diário do centro ou sector.

CAPITULO

SECÇÃO

V

I

DA ADMINISTRAÇÃO

Art2 262- Os corpos gerentes do centro são a assembleia ge-

8

f-

f'''

-L

;:" ral, a direcção e o conselho fiscal. ~V~F:

;;';~

§ nNICO -Devem fazer parte dos corpos gerentes do centro elementos

representativos dos lugares-da freguesia.

ArtQ 27-- Os membros dos corpos gerentes nao podem ser reeleitos consecutivamente mais de uma vez, a não ser quando a assembleia geral reconhecer que é inconveniente a sua substituição.

ArtQ 28Q -O exercício dos cargos nos corpos gerentes é gratuito, mas justifica o pagamento das despesas deles derivadas.

Quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade dos serviços exijam o trabalho e a presença prolongada de algum ou de alguns membros dos corpos gerentes, podem eles passar a ser remunerados, desde que a assembleia geral assim o delibere e fixe a respectiva remuneração, e tal fixação deve ser visada pela respectiva entidade tutelar.

SECÇÃO II

DA ASSEMBLEIA GERAL

ArtQ 29Q -1- A Assembleia geral é constituída pela reunião dos associados e só pode funcionar, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados inscritos.

2- Se qualquer reunião não puder realizar-se, por falta de maioria legal no dia e hora designados, far-se-á meia hora depois, com qualquer número de associados.

ArtQ 30Q1- Nas convocações das reuniões da assembleia geral serão sempre indicados os fins, o local, o dia e a hora das reuniões.

2- As reuniões ordinárias poderão ser tratados quaisquer assuntos, mesmo estranhos aos fins designados nas convocações; mas, nas reuniões extraordinárias, somente poderão ser tratados os assuntos expressamente referidos na respectiva convocatória.

3- AS deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos presentes.

4- Não são consideradas aprovadas as alterações do estatuto que não reunirem pelo menos os votos conformes de 25% do número dos associados inscritos.

5- A votação em assembleia geral poderá ser feita também por correspondência ou ainda por delegação noutro associado, desde que, antes do início da votação, se dê conhecimento

~...~

,J to dessa situação com entrega da respectiva credencial à res-:~'

que preside.

Art2 312 -1 -A assembleia geral ~eQne ordinariamente duas

vezes por ano, uma delas no mês de Novembro, para votar o pla- ---
no de actividades e orçamento para o ano seguinte e proceder

á eleição dos corpos gerentes, quando for caso disso, e a outra no mês de Março, para apreciação e votação das contas do exercício anterior.

2 - Haverá, além disso, as reuniões extraordinárias que forem necessárias ou convenientes sempre que forem requeridas pelo presidente da assembleia geral, pela direcção ou por um grupo de dez dos associados, ao presidente da assembleia geral, com indicação expressa dos assuntos a tratar.

3 - Igualmente poderá qualquer associado, e bem assim o Ministério Público, requerer ao tribunal competente a convocação da assembleia geral nos casos graves enumerados nas duas alíneas do nº 3 do artº 532 do Dec.-Lei nº 519-G2/79, de 29 de Dezembro de 1979, (Estatuto das Instituições Privadas de Solidariedade Social).

4 - As reuniões da assembleia geral serão convocadas pelo respectivo presidente ou seu substituto, com a antecedência mínima de quinze dias, e, quando se tratar de reuniões

Extraordinárias, serão realizadas no prazo máximo de trinta dias a contar da data em que o mesmo presidente receber o pedido da convocação.

5 - As convocações serão feitas por meio de aviso escrito aos associados, por anúncio público em um diário da própria localidade se os houver e por edital afixado na sede do centro.

6 - Se o presidente ou o seu substituto não convocar a assembleia nos casos em que o deve fazer, a qualquer associado é lícito efectuar a convocação nos termos do nº 2 do artº 53 do já referido Dec.-Lei nº 519-G2/79.

Artº 322- 1- Compete á mesa da assembleia geral dirigir os trabalhos das reuniões.

2- Essa mesa é constituída por um presidente e dois secretários e, nas suas faltas, pelo presidente ou secretários suplentes.

a - No caso de não se encontrarem presentes os presidentes, tanto efectivo como o suplente, a própria assem-

0

1

blela¹ designara na occasiao 0 associado que presida. ' .~

4- Na falta dos secretários, affectivos e suplentes, competirá ao presidente da mesa designá-los para aquela

-- reuni ao. -

ArtQ 33Q --ompete á assembleia geral:

1Q -Proceder á eleição da sua própria mesa, da di- recção e do conselho fiscal, incluindo os respectivos substitu- tos;

2Q -Apreciar e votar os orçamentos e contas de

reclamaç

3Q -Deliberar sobre a w~.mwã~ exclusão de associa- dos, quando proposta pela direcção;

4Q -Apreciar e votar alterações dos estatutos;

5Q -Decidir os recursos interpostos das deliberações da direcçãoi

6Q -Autorizar a aquisição, alienação, arrendamento e oneração de bens imóveis e de móveis com especial valor artís- tico ou histórico e a realização de empréstimos;

7Q -Deliberar sobre os casos não previstos neste estatuto.

ArtQ 342- Das reuniões da assembleia geral será lavrada ac- ta em livro próprio, a qual será lida e aprovada nessa reunião ou na reunião seguinte e assinada pelos membros da mesa.

§ UNICO -A assembleia geral poderá delegar na sua mesa a competência para nedigir a acta, que considerará logo aprovada na parte relativa ás deliberações tomadas.

SECçlo

III

como seu presidente nato,

A direcção designará entre os seus membros os elementos que em especial ficarão encarregados dos diversos sectores do centro.

DA DIRECÇÃO

Art2 352- 1- A direcção é constituída pelo pároco da fre-
guesia, como seu ~~~~i~e~ nato, e por quatro associados, elei- tos pela assembleia geral, sendo um vice presidente, outro se- cretário, outro tesoureiro e outro vogal.

2- Se o movimento do centro o justificar, pode- rão fazer parte da direcção mais vogais, conforme os sectores ou seviços, igualmente eleitos pela assembleia geral.

4 - A direcção só poderá funcionar válidamente
com a maioria absoluta dos seus membros, e o seu presidente

r-4

*duas vezes
de direcção
por mês*

tem sempre voto de qualidade.

A direcção tomará posse no primeiro dia útil do
reunirá duas vezes por mês ou

Art2 362 -

período para que foi eleita e

mensalmente desde que exigido pelo m~imento e orgânica da Ins-
tituição.

§ nNIGO -A direcção cessante continuará em exercício até à posse
da nova direcção eleita e nessa ocasião deve fazer a en- trega dos bens
e valores do centro.

Art2 372- A direcção terá, além disso, as reuniões extraor.
di!lárias que forem julgadas convenient,9s, e nessas reuniões serão
em principio tratados apenas os assuntos para os quais foi
expressamente convocada.

§ nNICO -As reuniões extraordinárias são convocadas pelo presidente
a pedido de qualquer membro da direcção.

Art2 382- Não podem ser membros da direcção os associados

11

P. V. Oliveira

que:

12- Lhe forem devedores por dívidas já vencidas;

22- Mantenham com o centro qualquer contrato ou pleito Art2

392- Os membros da direcção são solidariamente res-
ponsáveis pela administração dos bens e pelos negócios do cen- tro,
mas os que não tiverem aprovado essas resoluções não incop-

Executar e fazer executar as deliberações da assembleia geral e os preceitos deste estatuto e dos regulamentos que o vierem a completar;

rem nessa responsabilidade.

Art2 402- Compete á direcção: 12 -

2Q -Admitir e regeitar novos sócios e propor á assembleia geral a exclusão de sócios quando for caso disso;

32- Administrar os bens, obras e serviços do centro e zelar pelo bom funcionamento dos seus vários sectores;

42- ~laborar orçamentos e relatórios e organizar contas de gerência;

52- Cobrar receitas e liquidar despesas;

62- Efectuar a título oneroso aquisições e fornecimentos, aceitar heranças, legados e donativos, e alienar bens quando tudo isso não seja da competência exclusiva da assembleia geral;

COMPETÊNCIAS

9º - Criar e extinguir lugares e fixar vencimentos;

||

7Q -Elaborar os regulamentos aconselháveis para a 1 organização dos serviços;

)

BQ -Aprovar quadros de pessoal, digo, pessoal;

::?

direcção na primeira reunião seguinte; &#%~ 52- Assinar a correspondência, as ordens de pagamento e as guias de receita ou recibos;-

62- Representar o ce~tro em juízo e fora dele nos casos de urgência e enquanto pela direcção não for tomada a respectiva deliberação;

7Q -Fazer executar as deliberações da assembleia geral e da direcção e cumprir quâisquer, digo, quaisquer outras deliberações iner~tes ao seu cargo ou que as leis vigentes ou os costumes antigos lhe imponham.

§ nNICO -Na ausência e no impedimento do presidente serão as respectivas funções desempenhadas pelo vice presidente e, na falta de ambos, pelo membro que a direcção escolher.

J ArtQ 442- Compete ao secretário:

= 12 -Redigir e assinar as actas das reuniões e superintender em especial nos serviços de secretaria e na organização dos respectivos arquivos;

22- Assinar com o presidente as ordens de pagamento;

::?2- Preparar a agenda de trabalhos das reuniões de

dJ.recção;

4Q -Coadjuvar o presidente na execução do seu cargo.

ArtQ 45Q -Compete ao tesoureiro: -O I]: -AJJ..J ~,- etc.dJ ~~, ~ : : : :== -o ~ a..r' ~ ~ ' \$01 L..J rc. ~ ' -o

1Q -Promover a cobrança e arrecadação de todas as ..-r'dJl.. 'C. ~ t\..L 'I..-~\ o ~ receJ.tas do centro; ~ .~M "'fl- 608 ~ 2Q -Effectuar os pagamentos; , ~. ~

3Q -Orientar e fiscalizar a contabilidade do centro, de modo a vigiar o cor\cto arquivamento de todos os documentos de receita e despesa;

4Q -Apresentar mensalmente à direcção o balancete das despesas e receitas do mês anterior.

I

SECçlo

IV

D6 CONSELHO FISCAL

Art' 46' -1- O o,~,lh' fi,o"l , oon,tituid' por h" "- ,ooiado', "nd,
= pr",id,nt' , doi' vg,ai", wd" ,loitM p,lo

"",m'loi" "ral.

2' -Para t"l oar" d,v,m "r ",olhidM "mpr' qu, i,-
" f,r pM'iv,l, ,lom,nt" qu, p,"u= " n,o", 'áriM oonh'oi- lli'nt" qu,
lh", p,rmit= uma o,rr,ota fi'oali'",ã, d" "rvi", d' o,nt" 'ilidad,.
, -.apli'ãv,l "M m'm'ro, do o,~,lh, fi,o"l , di'pM-

4.

1

t?Ji!::f!" to no art2 382 deste estatuto. Jc- ~

-5ti

Art2 472- 1- O conselho fiscal terá *pelo* menos uma reunião anual e poderá, além disso, efectuar as reuniões que considerar conveniente. -

2- As decisões serão tomadas com pluralidade de votos e só poderá reunir desde que estejam presentes todos os seus membros.

3- Das suas reuniões serão lavradas actas em livro próprio.

Artº 48º -Ao conselho fiscal compete:

1º -Apreciar e fiscalizar o funcionamento dos serviços administrativos;

2º -Examinar e conferir os valores existentes nos cofres sempre que o considere oportuno;

3º -Verificar os balancetes de tesouraria quando o entender;

4º - Dar parecer sobre qualquer problema que a direcção lhe propuser;

5º -Apresentar à direcção qualquer sugestão que considere útil ao funcionamento dos serviços administrativos ou qualquer proposta que vise a melhoria do regime de contabilidade usado;

6º -Apresentar no fim de cada exercício anual o seu parecer sobre o relatório e conta de gerência para serem apreciados em conjunto pela assembleia geral;

7º -Requerer a convocação da assembleia geral sempre que o considere conveniente.

Artº 49º -O mandato do conselho fiscal é de três anos.

CAPÍTULO

VI

DAS ELEIÇÕES

Artº 50º -A eleição da mesa da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal será feita por escrutínio secreto com pluralidade de votos dos associados presentes, pessoalmente ou por procurador) e dos votos por correspondência) na reunião ordinária realizada no mês de Novembro do ano em que termina o mandato dos corpos gerentes e no local previamente designado para o efeito.

Artº 51º - 1- As listas para a eleição da mesa da assembleia geral) da direcção e do conselho fiscal devem conter os nomes



5

1

e a designação dos cargos. 11J!!ftJ,/.c; 2- As listas devem ser feitas em papel e formato legais

e devidamente dobradas no acto da votação.

Art2 522 -Considerar-se-ão eleitos os associados que reunirem maior número de votos até ao número a eleger.

Art2 532- 1- Finda a eleição, o presidente da assembleia proclamará os eleitos e de tudo o que se tiver passado será lavrada e assinada a respectiva acta.

2- No prazo de cinco dias, a contar da eleição, o presidente da assembleia, oficiará aos eleitos a comunicar-lhes o resultado eleitoral na parte que a cada um respectivamente interessa, salvo se os mesmos estiverem presentes e se declararem devidamente notificados.

3- Os termos de posse ficarão em livro especial a eles reservado.

Art2 542- Quando algum dos eleitos não aceitar justificadamente o respectivo cargo, será logo proclamado o associado que se lhe seguir em votos e, no caso de haver igualdade de votos entre dois ou mais associados, será considerado eleito o mais antigo no centro.

Art2 552- Os casos omissos deste estatuto serão decididos pela assembleia geral quando não forem aplicáveis preceitos legais definidos. I

CAPITULO VII

DA FORMA DE EXTINÇÃO

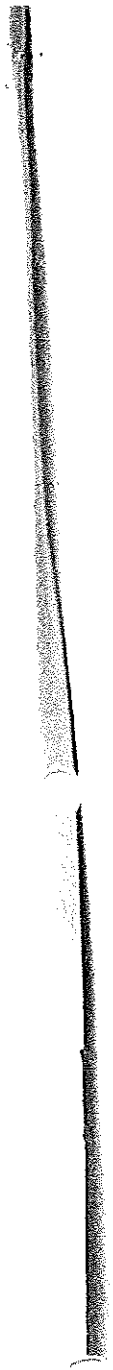
Art2 562- O centro só poderá ser extinto pela autoridade competente e na forma legal, mediante deliberação favorável da assembleia geral, que reúna pelo menos a votação concordante de três quartos do número total de associados inscritos.

Art2 572- Em caso de extinção os seus bens reverterão para outras obras ou instituições de natureza cristã e católica existentes na área da Freguesia paróquia ou da diocese, tendo em consideração o disposto no art2 312 e 322 do Dec.-Lei nº 519-G2/79, e mais legislação aplicável.

CAPITULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAS

Art2 582- O centro só pode aceitar heranças, legados ou do-



"

• / •

.

Reguengo do Fetal, 28 de Dezembro de 1980

16

ações a beneficio de inventário e desde que os encargos n~ cedam a terça parte das forças da herança, legado ou doação ou dos respectivos rendimentos, se estes forem afectados a presta-

ções futuras e repetidas. -

Art59Q -1- Podem ser declarados benfeitores do centro as pessoas, mesmo estranhas ao centro, que por lhe haverem prestado assinalados e relevantes serviços ou por auxiliarem com donativos eventuais de montante considerável sejam merecedores de tal distinção.

2- A declaração de benfeitores compet~à assembleia geral e devem os mesmos ser inscritos em livro especial.

ArtQ 6oQ -A direcção elaborará os regulamentos .6 as instruções que forem necessários à boa organização dos vários sectores e obras do centro com inclusão das condições de trabalho do seu pessoal e de tudo o mais que o bom esclarecimento dos serviços aconselhar.

ArtQ 61Q -Igualmente a direcção elaborará cadastro-inventá- rio de todos os bens e valores que pertençam ao centro, o qual deve estar permanentemente actualizado. ,

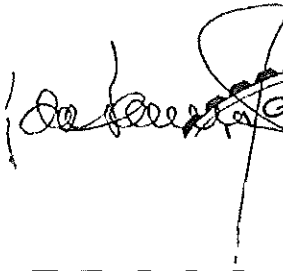
ArtQ 62Q -Tais regulamentos e cadastro-inven~io serão opor- tunamente submetidos à apreciação da assembleia geral.

ArtQ 63Q -O centro observará os preceitos da legislação que for aplicável, e, designadamente, as disposições do Dec.-Lei

nQ 519-G2/79 citado.

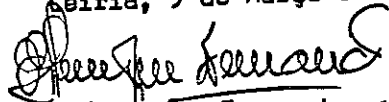
ArtQ 64Q -O presente estatuto anula e revoga os anteriores estatutos deste centro e entrará em vigor pleno logo que seja devidamente aprovado.

o Presidente ~f~' 4.- ~~~'''=-. ~ c:

 **PARTE GARA GERAL**

Os presentes Estatutos foram aprovados por Decreto do Senhor D. Alberto Cosme do Amaral, Bispo de Leiria, em quatro de Março de mil novecentos e oitenta e um.

Leiria, 9 de Março de 1981



Pe Henrique Fernandes o
Vigário Geral da Diq

1

F Fonseca ((- case. ~

r:DLOC:ES:E ~:E -''' '~ ,

~/oq'.

) 1